

|                |               |
|----------------|---------------|
| Documentação   |               |
| SOCIOAMBIENTAL |               |
| Fonte          | FSP           |
| Data           | 29/98 Pg. 3-7 |
| Class.         | B             |

## Ibama liberou queimadas de risco

**ABNOR GONDIM**

Enviado especial a Alta Floresta (MT)

O Ibama autorizou nos últimos três meses pelo menos 403 queimadas em fazendas do norte do Mato Grosso. As autorizações foram concedidas apesar do risco de incêndios florestais nessa época de seca na Amazônia e do aumento das doenças respiratórias provocadas pelas nuvens de fumaça.

Com base nessas informações, duas ações foram ajuizadas pelo Ministério Público Estadual em Alta Floresta e em Sinop contra o Ibama para reparar danos causados ao meio ambiente e à população. Em Tocantins, o procurador da República Mário Lúcio de Avelar também irá mover ação contra o Ibama sob a acusação de que o órgão é responsável pela destruição de 60% da vegetação do Parque Nacional do Araguaia.

O ministro Gustavo Krause (Meio Ambiente) ficou irritado ao saber das ações do Ministério Público contra o Ibama, durante visita à Alta Floresta, onde entregou certificados a voluntários de brigadas comunitárias de combate ao fogo. "Eu só falo nos processos judiciais", disse ele.

Na ação movida pelo promotor

Marcos Fernandes, de Alta Floresta, o Ibama e o chefe do Posto de Controle Ambiental do órgão no município, Antonio Figueiredo, são acusados de "emitir autorizações de queimadas sem critérios."

Segundo o Ibama, as queimadas chegaram a 4 km de distância do parque indígena do Xingu, onde vivem 5.000 índios. Chuvas caíram nessa região ontem à tarde, informou o Ibama.

Segundo o promotor Marcos Fernandes, o Ibama desrespeitou o artigo 15 do decreto 2.661, publicado no dia 9 de junho deste ano. Esse artigo determina a suspensão ou o cancelamento das autorizações de queimadas "nos casos em que se registrarem risco de vida, de danos ambientais e condições meteorológicas desfavoráveis".

"O aumento de doença respiratória foi de 100% em razão da fumaça das queimadas", disse o promotor Fernandes.

Ao saber das ações judiciais, o presidente do Ibama, Eduardo Martins, afirmou que irá instaurar auditoria para apurar supostas irregularidades. "A legislação só permite a autorização de queimadas controladas em área de cem hectares. Quem desrespeitou isso será afastado", disse Martins.